# <u>LEI Nº 756/2017 - Autoriza o Poder Executivo</u> <u>Municipal a Abrir Crédito Especial e dá</u> Outras Providencias.

# ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES

#### GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 756/2017.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Abrir Crédito Especial e dá Outras Providencias.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE LAJES/RN,** no uso de suas atribuições que lhe são conferida pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

- **Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Especial no valor de R\$ ,00 (cinquenta e cinco mil reais), na dotação constante do Anexo I, desta Lei.
- **Art. 2º** Os recursos para cobertura do presente crédito será anulação parcial constante na Dotação constante do Anexo II, desta Lei.
- **Art. 3º -** Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

# ANEXO I

## **CRÉDITO**

UG PROGRAMA	PROJETO ATIVIDADE	DESPESA	VALOR
	Infraestrutura Administrativa.	4490-92	,00
TOTAL			,00

### **ANEXO II**

# **DÉBITO**

UG PROGRAMA	PROJETO ATIVIDADE	DESPESA	VALOR
	Infraestrutura Administrativa.	4490-52	,00
TOTAL			,00

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajes/RN, em 27 de Março de 2017.

# **JOSÉ MARQUES FERNANDES**

- Prefeito Municipal -

# <u>LEI Nº 755/2017 - Autoriza o Poder Executivo</u> <u>Municipal a Abrir Crédito Especial e dá</u> Outras Providencias.

# ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES

### **GABINETE DO PREFEITO**

LEI Nº 755/2017.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Abrir Crédito Especial e dá Outras Providencias.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE LAJES/RN,** no uso de suas atribuições que lhe são conferida pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Especial no valor de R\$ ,00 (quatrocentos e oito mil reais), oriundo de Emenda Parlamentar, incluso no Orçamento Geral da

União, destinado a construção da Unidade Básica de Saúde, no Assentamento Boa Vista, Zona Rural do município de Lajes/RN.

**Art. 2º** - O referido crédito será consignado na Dotação Orçamentária constante do Anexo I, desta Lei.

**Art. 3º -** Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

### ANEXO I

UG PROGRAMA	PROJETO ATIVIDADE	DESPESA	VALOR
	Construção e Ampliação de Unidade de Saúde.	4490-51	,00
TOTAL			,00

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajes/RN, em 27 de Março de 2017.

# **JOSÉ MARQUES FERNANDES**

- Prefeito Municipal -

# LEI Nº 754/2017 - Altera os dispositivos da Lei 649/2014 e dá outras providencia.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES

**GABINETE DO PREFEITO** 

LEI Nº 754/2017

Altera os dispositivos da Lei 649/2014 e dá outras providencia.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE LAJES/RN**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e sanciono e promulga a seguinte Lei.

**Art. 1º** - Ficam alterados os dispositivos da Lei nº 649/2014, que dispõe sobre a operacionalização do Programa Nacional de Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB), do Ministério da Saúde no âmbito do Município de Lajes RN, conforme artigos seguintes.

**Art. 2º** - Ficam revogados o Paragrafo único do artigo 2º e o artigo 4º da Lei 649/2014.

**Art.**  $3^{o}$  – Os profissionais quem tem direito a receber o incentivo são aqueles que fazem partes das equipes de atenção básica, cadastradas e avaliadas, conforme a atribuição especifica delimitada no anexo I da Portaria  $n^{o}$ , de 21 de outubro de 2011.

**Art. 4º** - As incisos I e II do artigo 5º da Lei nº 649/2014, passará ter a seguinte redação:

I – 40% (quarenta por cento) para os profissionais cadastrados ao programa com as atribuições especificas, conforme estabelecido no artigo  $3^{\circ}$  desta lei.

II - 60% (sessenta por cento) para aplicação em investimentos e custeio no âmbito da atenção básica, a critério do município.

**Parágrafo Único -** O incentivo será repassado aos profissionais de cada Equipe de Saúde da Família e de Saúde Bucal de acordo com a Avaliação Externa realizada pelo Ministério da Saúde.

**Art. 5º** - Ficam inalterados os demais artigos da Lei nº 649/2014.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em

contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Lajes/RN, em 27 de Março de 2017.
JOSÉ MARQUES FERNANDES
- Prefeito Municipal -
LEI Nº 752/2017 - REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES

# GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 752/2017 - REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

Autoriza o Poder Executivo a proceder, em caráter de excepcional interesse público, à contratação de serviços pessoais, para a prestação continuada dos serviços essenciais de interesse público do Município de Lajes/RN e da outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE LAJES,** Estado do Rio Grande do Norte, Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica autorizado ao Poder Executivo a proceder, em nome do Município de Lajes/RN, a contratação de profissionais para garantir a prestação continuada dos serviços essenciais à população.

- $\S 1^{\circ}$  A contratação temporária e de excepcional interesse público se dará somente para os seguintes cargos:
- I 01 (um) cargo de Farmacêutico/Bioquímico, com graduação em Farmácia e inscrição no Conselho de classe, com vencimento básico no valor de R\$ ,00 (hum mil e setecentos reais), 20 (vinte) horas Secretaria Municipal de Saúde;
- II 02 (dois) cargo de Cirurgião Dentista, com graduação em Odontologia e inscrição no Conselho de classe, com vencimento básico no valor de R\$,00 (três mil reais), 40 (quarenta) horas - Secretaria Municipal de Saúde;
- III 01 (um) cargo de Psicólogo, com graduação em Psicologia e inscrição no Conselho de classe, com vencimento básico no valor de R\$,00 (hum mil e oitocentos reais), 30 (trinta) horas Secretaria Municipal de Saúde;
- IV 01 (um) cargo de Fonoaudiólogo, com graduação em Fonoaudiologia e inscrição no
  Conselho de classe, com vencimento básico no valor de R\$,00 (hum mil e oitocentos reais),
  30 (trinta) horas Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
- V 01 (um) cargo de Assistente Social, com graduação em Serviço Social e inscrição no Conselho de classe, com vencimento básico no valor de R\$,00 (hum mil e oitocentos reais), 30 (trinta) horas Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
- VI 01 (um) cargo de Psicólogo, com graduação em Psicologia e inscrição no Conselho de classe, com vencimento básico no valor de R\$,00 (hum mil e oitocentos reais), 30 (trinta) horas Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
- VII 01 (um) cargo de Professor, com licenciatura Plena em Pedagogia, com vencimento básico no valor de R\$,20 (hum mil setecentos e vinte e quatro reais e vinte centavos), 30 (trinta) horas Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
- VIII 01 (um) cargo de Médico Veterinário, com graduação em Medicina Veterinária e inscrição no Conselho de classe, com vencimento básico no valor de R\$,00 (dois mil reais), 40 (quarenta) horas Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;
- IX 01 (um) cargo de Assistente Social, com graduação em Serviço Social e inscrição no Conselho de classe, com vencimento básico no valor de R\$,00 (hum mil e oitocentos reais), 30 (trinta) horas Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social.
- **Art.** 2º Os contratos por prazo determinado terão vigência de até 12 (doze) meses, prorrogado por igual período.
- **Parágrafo Único -** Os contratos de que trata esta Lei poderão ser rescindidos a qualquer tempo, observados a oportunidade e a conveniência da administração pública, respeitados os direitos dos contratados.
- **Art.** 3º Os contratos serão celebrados de forma direta e imediata, independentemente de realização de Processo Seletivo Público.

**Art. 4º -** As despesas decorrentes com a execução desta Lei correrão por conta das verbas consignadas no Orçamento Geral do Município de Lajes/RN, para execução dos Programas ligados a Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social, neste Município, em dotações específicas.

**Art.** 5º - Os profissionais aprovados em processos seletivos anteriores poderão ser convocados, como também firmarem novos contratos, pelo período de 12 (doze) mês, podendo ser prorrogado por igual período.

**Art.** 6º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajes/RN, em 20 de Março de 2017.

**JOSÉ MARQUES FERNANDES** 

Prefeito Municipal

LEI Nº 752/2017 - Autoriza o Poder Executivo a proceder, em caráter de excepcional interesse público, à contratação de serviços pessoais, para a prestação continuada dos serviços essenciais de interesse público do Município de Lajes/RN e da outras providências.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES

**GABINETE DO PREFEITO** 

Autoriza o Poder Executivo a proceder, em caráter de excepcional interesse público, à contratação de serviços pessoais, para a prestação continuada dos serviços essenciais de interesse público do Município de Lajes/RN e da outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE LAJES,** Estado do Rio Grande do Norte, Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

- **Art. 1º** Fica autorizado ao Poder Executivo a proceder, em nome do Município de Lajes/RN, a contratação de profissionais para garantir a prestação continuada dos serviços essenciais à população.
- §  $1^{\circ}$  A contratação temporária e de excepcional interesse público se dará somente para os seguintes cargos:
- I 01 (um) cargo de Farmacêutico/Bioquímico, com graduação em Farmácia e inscrição no Conselho de classe, com vencimento básico no valor de R\$ ,00 (hum mil e setecentos reais), 20 (vinte) horas Secretaria Municipal de Saúde;
- II 02 (dois) cargo de Cirurgião Dentista, com graduação em Odontologia e inscrição no Conselho de classe, com vencimento básico no valor de R\$,00 (três mil reais), 40 (quarenta) horas - Secretaria Municipal de Saúde;
- III 01 (um) cargo de Psicólogo, com graduação em Psicologia e inscrição no Conselho de classe, com vencimento básico no valor de R\$,00 (hum mil e oitocentos reais), 30 (trinta) horas Secretaria Municipal de Saúde;
- IV 01 (um) cargo de Fonoaudiólogo, com graduação em Fonoaudiologia e inscrição no
  Conselho de classe, com vencimento básico no valor de R\$,00 (hum mil e oitocentos reais),
  30 (trinta) horas Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
- V 01 (um) cargo de Assistente Social, com graduação em Serviço Social e inscrição no Conselho de classe, com vencimento básico no valor de R\$,00 (hum mil e oitocentos reais), 30 (trinta) horas Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
- VI 01 (um) cargo de Psicólogo, com graduação em Psicologia e inscrição no Conselho de classe, com vencimento básico no valor de R\$,00 (hum mil e oitocentos reais), 30 (trinta) horas Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
- VII 01 (um) cargo de Professor, com licenciatura Plena em Pedagogia, com vencimento básico no valor de R\$ ,20 (hum mil setecentos e vinte e quatro reais e vinte centavos), 30 (trinta) horas Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

VIII - 01 (um) cargo de Médico Veterinário, com graduação em Medicina Veterinária e inscrição no Conselho de classe, com vencimento básico no valor de R\$ ,00 (dois mil e oitocentos reais), 40 (quarenta) horas - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

IX - 01 (um) cargo de Assistente Social, com graduação em Serviço Social e inscrição no Conselho de classe, com vencimento básico no valor de R\$,00 (hum mil e oitocentos reais), 30 (trinta) horas - Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social.

**Art. 2º** - Os contratos por prazo determinado terão vigência de até 12 (doze) meses, prorrogado por igual período.

**Parágrafo Único -** Os contratos de que trata esta Lei poderão ser rescindidos a qualquer tempo, observados a oportunidade e a conveniência da administração pública, respeitados os direitos dos contratados.

- **Art. 3º -** Os contratos serão celebrados de forma direta e imediata, independentemente de realização de Processo Seletivo Público.
- **Art. 4º -** As despesas decorrentes com a execução desta Lei correrão por conta das verbas consignadas no Orçamento Geral do Município de Lajes/RN, para execução dos Programas ligados a Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social, neste Município, em dotações específicas.
- **Art.** 5º Os profissionais aprovados em processos seletivos anteriores poderão ser convocados, como também firmarem novos contratos, pelo período de 12 (doze) mês, podendo ser prorrogado por igual período.
- **Art. 6º -** Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajes/RN, em 20 de Março de 2017.

JOSE MARQUES	<b>FERNA</b>	NDES
--------------	--------------	------

Prefeito Municipal

# LEI Nº 753/2017 - Dispõe sobre o plantio de árvores frutíferas em logradouros públicos, e dá outras providências.

# ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES

#### **GABINETE DO PREFEITO**

T	$\mathbf{E}\mathbf{I}$	$N_{\bar{0}}$	753	/2.0	1	7
_		T .	, 00	, 20	_	

Dispõe sobre o plantio de árvores frutíferas em logradouros públicos, e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE LAJES,** Estado do Rio Grande do Norte, Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

- **Art. 1º -** O Poder Executivo promoverá o plantio de árvores frutíferas nos logradouros e praças públicas, encostas, parques e escolas da rede municipal de ensino público.
- § 1º O plantio será feito com as espécies frutíferas que forem mais adequadas a cada lugar, segundo a ecologia, o solo e a dimensão de área respectiva.
- $\S$   $2^{o}$  Será também incentivado o plantio de árvores frutíferas em áreas e terrenos pertencentes a particulares.
- **Art. 2º -** A partir do próximo exercício, poder-se-á consignar, no Orçamento Municipal, dotação especialmente destinada ao cumprimento desta Lei.
- **Art. 3º -** Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajes/RN, em 20 de Março de 2017.

# **JOSÉ MARQUES FERNANDES**

Prefeito Municipal

# LEI Nº 751/2017 - Dispõe sobre a denominação do Centro Municipal de Artesanato e Balneário, e da outras providências.

# ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES

#### **GABINETE DO PREFEITO**

LEI Nº 751/2017

Dispõe sobre a denominação do Centro Municipal de Artesanato e Balneário, e da outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE LAJES,** Estado do Rio Grande do Norte, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

- **Art. 1º** Fica a partir desta data oficializada a denominação do Centro Municipal de Artesanato e Balneário de **"MARIA CARMELITA DE SÁ LEITÃO CABRAL".**
- **Art. 2º** Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajes/RN, em 10 de Março de 2017.

# **JOSÉ MARQUES FERNANDES**

Prefeito Municipal

# LEI Nº 749/2017 - Dispõe sobre o reajuste do piso dos professores, e da outras providências.

# ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES

#### **GABINETE DO PREFEITO**

LEI № 749/2017.

Dispõe sobre o reajuste do piso dos professores, e da outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE LAJES,** Estado do Rio Grande do Norte, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

- Art. 1º Fica reajustada a Tabela de Vencimentos dos Professores em 7,64% (sete vírgula sessenta e quatro por cento), passado a vigorar a partir do mês de Janeiro de 2017, na forma do Anexo I desta Lei.
- **Art. 2º** Os reajustes constantes nessa Lei se estendem aos aposentados e pensionistas com direito à paridade.
- **Art. 3º -** Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

# ANEXO I

TABELA 30H PISO SALARIAL 2017											
	0 à 3	4 à 6	7 à 9	10 à 12	13 à 15	16 à 18	19 à 21	22 à 24	25 à 27	28 à 30	
	A	В	C	D	E	F	G	H	I	J	
PISO INICIAL	,20	,06	,31	,96	,00	,45	,31	,59	,30	,43	Mais 1,5%
MAIS 15%	,83	,31	,58	,69	,69	,64	,60	,63	,79	,14	Mais 3%
MAIS 20%	,39	,78	,30	,03	,03	,37	,12	,36	,15	,57	Mais 3%
MAIS 15%	,30	,39	,94	,03	,73	,13	,29	,31	,27	,26	Mais 3%
MAIS 10%	,93	,23	,24	,04	,71	,34	,02	,84	,89	,28	Mais 3%

TABELA	TABELA 40H PISO SALARIAL 2017										
	0 à 3	4 à 6	7 à 9	10 à 12	13 à 15	16 à 18	19 à 21	22 à 24	25 à 27	28 à 30	
	A	В	C	D	E	F	G	Н	I	J	
PISO INICIAL	,80	,28	,28	,81	,87	,46	,61	,31	,58	,43	Mais 1,5%
MAIS 15%	,62	,93	,62	,76	,42	,68	,62	,32	,86	,33	Mais 3%
MAIS 20%	,35	,52	,54	,51	,51	,62	,95	,59	,64	,19	Mais 3%
MAIS 15%	,20	,65	,38	,49	,08	,26	,14	,83	,43	,07	Mais 3%
MAIS 10%	,02	,41	,41	,14	,69	,19	,76	,51	,57	,08	Mais 3%

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajes/RN, em 24 de Janeiro de 2017.

# JOSÉ MARQUES FERNANDES

Prefeito Municipal

# LEI Nº 750/2017 - Dispõe sobre a remuneração mínima dos servidores do município de Lajes/RN, e da outras providências.

# ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES

# **GABINETE DO PREFEITO**

Dispõe sobre a remuneração mínima dos servidores do município de Lajes/RN, e da outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE LAJES,** Estado do Rio Grande do Norte, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído que a remuneração mínima dos servidores municipais será de R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais), a partir do mês de Janeiro.

**Art. 2º** - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajes/RN, em 24 de Janeiro de 2017.

**JOSÉ MARQUES FERNANDES** 

Prefeito Municipal

LEI № 750/2017.

# LEI N° 748/2016 - ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE LAJES, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017.

# ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES

#### **GABINETE DO PREFEITO**

LEI N° 748/2016

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE LAJES, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017.

A PREFEITA MUNICIPAL DE LAJES, Estado do Rio Grande do Norte, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e Ele sanciona a seguinte lei:

# Título I

# DAS DISPOSIÇÕES COMUNS

Art.  $1^{\circ}$  - Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Lajes para o exercício financeiro de 2017, compreendendo:

O Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

O Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos da Administração direta e indireta a ele vinculados, bem como fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

### Título II

## DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

# Capítulo I

#### DA ESTIMATIVA DA RECEITA

## Da Receita Total

Art. 2º - A Receita Orçamentária, a preços correntes e conforme a legislação tributária vigente é estimada no valor bruto de R\$,00 (trinta e quatro milhões, oitocentos e noventa e sete mil, quinhentos reais), tendo como deduções de receitas, previstas na Lei nº de 20 de junho de 2007, que Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais, o valor de R\$,00 (dois milhões, novecentos e quatro mil reais), perfazendo um total líquido de R\$,00 (trinta e um milhões, novecentos e noventa e três mil, quinhentos reais).

Art. 3º - As receitas são estimadas por Categoria Econômica, conforme o disposto no Anexo I.

Art.  $4^{\circ}$  – A Receita será realizada com base no produto do que for arrecadado, na forma da legislação em vigor, de acordo com o desdobramento constante do Anexo II.

# Capítulo II

# DA FIXAÇÃO DA DESPESA

### Da Despesa Total

Art.  $5^{\circ}$  - A Despesa Orçamentária, no mesmo valor da Receita Orçamentária, é fixada em R\$ ,00 (trinta e um milhões, novecentos e noventa e três mil, quinhentos reais), desdobradas nos seguintes agregados

Orçamento Fiscal, em R\$,00 (dezenove milhões, quinhentos e sessenta e oito mil reais).

Orçamento da Seguridade Social, em R\$ ,00 (doze milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil reais, quinhentos reais).

O valor de R\$ ,00 (quatrocentos e cinquenta e cinco mil reais), foi incorporado ao orçamento através de emendas individuais ao Projeto de Lei Orçamentaria Anual, em atendimento do Art. 141-A da Lei Orgânica Municipal.

Art. 6º - Estão plenamente assegurados recursos para os investimentos em fase de execução, em conformidade com o Artigo 15º da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2017.

# Capítulo III

# DA DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR ÓRGÃO

Art. 7º - A Despesa Total, fixada por Função, Poderes e Órgão, está definida no Anexo VI desta Lei.

# Capítulo IV

# DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO

Art.  $8^{\circ}$  – Fica o Poder Executivo, respeitadas as demais prescrições constitucionais e nos termos da Lei  $n^{\circ}$ , autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o valor correspondente a 15% (quinze) por cento dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, com a finalidade de incorporar valores que excedem as previsões constantes desta Lei, mediante a utilização de recursos provenientes de:

Anulação parcial ou total de dotações;

Incorporação de superávit e/ou financeiro disponível do exercício anterior, efetivamente apurados em balanço;

Parágrafo único - Excluem-se da base de cálculo do limite a que se refere o caput deste artigo os valores correspondentes á amortização e encargos da dívida e às despesas financiadas com operações de crédito contratadas e a contratar.

Art.  $9^{\circ}$  - O limite autorizado no artigo anterior não será onerado quando o crédito se destinar a:

Atender insuficiências de dotações do grupo de Pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos da anulação de despesas consignadas ao mesmo grupo;

Atender ao pagamento de despesas decorrentes de precatórios judiciais, amortização e juros da dívida, mediante utilização de recursos provenientes de anulação de dotações;

Atender despesas financiadas com recursos vinculados a operações de crédito, convênios;

Atender insuficiências de outras despesas de custeio e de capital consignadas em Programas de Trabalho das funções Saúde, Assistência, Previdência, e em Programas de Trabalhos relacionados á Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, mediante o cancelamento de dotações das respectivas funções;

Incorporar os saldos financeiros, apurados em 31 de dezembro de 2015, e o excesso de arrecadação de recursos vinculados de Fundos Especiais e do FUNDEB, quando se configurar receita do exercício superior ás previsões de despesas fixadas nesta Lei;

### **Título III**

# DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 10 – As dotações para pagamento de pessoal e encargos sociais referente a servidores, colocados á disposição de outros órgãos e entidades, serão movimentadas pelos setores competentes da Secretaria Municipal de Administração.

Art. 11 - A utilização das dotações com origem de recursos em convênios ou operações de crédito fica condicionada á celebração dos instrumentos legais.

Título IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Capítulo Único

Art. 12 - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar e oferecer garantias a empréstimos voltados para o saneamento e habitação em áreas de baixa renda.

Art. 13 – Fica o Poder Executivo autorizado a contrair financiamentos com agências nacionais e internacionais oficiais de crédito para aplicação em investimentos fixados nesta Lei, bem como o de oferecer a contra garantia necessária à obtenção de garantia do Tesouro Nacional para a realização destes financiamentos.

Art. 14 - O Prefeito, no âmbito do Poder Executivo, poderá adotar parâmetros para utilização das dotações, de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas, para garantir as metas de resultado primário, conforme Artigo 11º da Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município de Lajes, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 15 - Esta Lei entrará vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lajes, em 29 de dezembro de 2016.

# LUIZ BENES LEOCADIO DE ARAUJO

Prefeito Municipal